

Estatísticas, Propriedades e os Princípios de Guerra:

Porque não existe uma Teoria de Guerra Unificada?

Dr. Jan S. Breemer

Callicrates: Somos de muita sorte, você e eu. Estivemos presentes na hora em que o mundo mudou.

Eupolis: O que você quer dizer com isso?

Callicrates: O que há de novo, o que vai mudar o mundo é que depois de nos derrotarem, não nos deixarão partir. Eles irão destruir nosso exército, seja lá como for. Estou pensando nisso desde que ficamos bloqueados aqui e não consigo imaginar nenhuma outra ocasião que isto tenha acontecido antes. Esses homens não querem vencer uma batalha, ganhar um troféu ou serem grandes heróis. O que eles querem é nos matar e querem fazer da maneira mais eficiente possível.

SE CALLICRATES TIVESSE algum conhecimento dos princípios de guerra, ele poderia muito bem ter dito aos seus companheiros de armas que o inimigo havia mudado esses princípios.¹ Retirado da estória de Tom Holt, o diálogo acima é uma ficção sobre o último ataque dos atenienses contra os siracusanos em 413 antes de Cristo (aC).² O evento propriamente dito é verdadeiro. Perseguido implacavelmente por seus inimigos, Callicrates e Eupolis junto com milhares de outros soldados atenienses refugiaram-se em um bosque de oliveiras. Ali foram trucidados por dardos, flechas e quando os sobreviventes se renderam foram vendidos como escravos.³

Para os atenienses, o massacre das oliveiras foi um tipo diferente de guerra. Um exército acostumado a travar guerras com objetivos limitados defrontou-se com um inimigo com objetivos ilimitados. Segundo a observação de Victor Hanson, o combate para os gregos clássicos significava que aproximadamente após uma hora de fogo intenso e de combate aproximado, a vitória era daquele exército que mantinha controle sob o campo de batalha. Os vencedores tinham o direito a um troféu e os perdedores fugiam, deixando para trás a maioria de suas armas, mas raramente temiam ser perseguidos e mortos pelos vitoriosos que se encontravam igualmente exaustos.⁴ Em 413 aC, os siracusos acabaram com aquele conceito. Tendo derrotado os atenienses pelos padrões normais de vitória ou derrota, eles decidiram eliminá-los de uma vez por todas.⁵ E

ODr. Jan S. Breemer é Professor de Tomada de Decisão de Segurança Nacional na Escola Superior de Guerra Naval em Monterey, Califórnia. Já publicou uma variedade de artigos que tratam de questões de segurança nacional e internacional, inclusive o último publicado, "Chasing U-Boats and Hunting Insurgents: Lessons from an Underhand Way of War" na revista Joint Forces Quarterly, WINTER 2006.

assim o fizeram, porém transgredindo ainda outro princípio. Ao invés de lutar de acordo com o que Hanson chamava de “a forma ocidental de travar guerra” e combater seus inimigos corpo a corpo com lanças e espadas, os siracusos bombardearam covardemente os atenienses com suas armas de guerra à distância.⁶

Nem todas as Guerras São Iguais

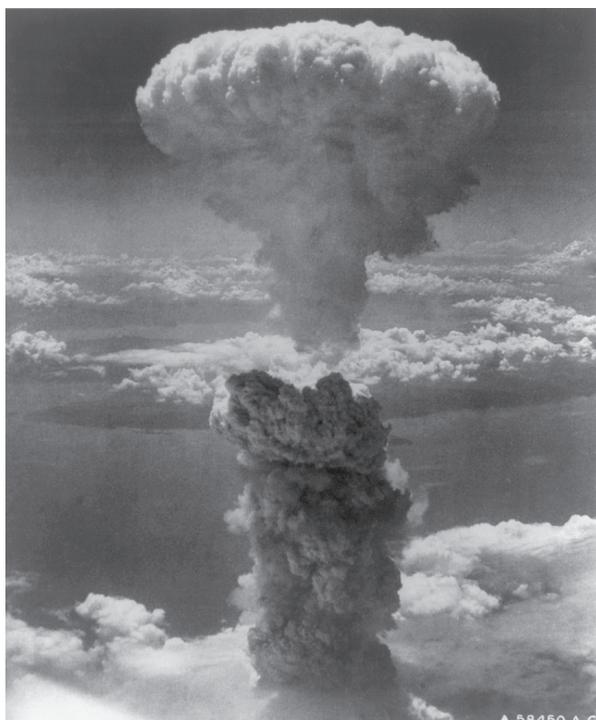
A guerra nunca foi constante. Poucas pessoas discordarão, mas a maioria acrescentará que isso é verdade apenas para a conduta da guerra e não para sua natureza. Contudo, em minha opinião todas as guerras são diferentes. A essência da guerra de insurgência é diferente das guerras convencionais e as duas são intrinsecamente diferentes da guerra nuclear. O relacionamento entre políticas e violência constitui a diferença entre os três tipos de guerra. Os princípios de guerra se originam de um grupo de idéias que aplicadas a uma categoria de guerra, pode ou não ter alguma relevância para outras que têm os seus próprios princípios. Deve-se ainda considerar: os princípios de guerra não apenas variam entre os tipos de guerra, como também

podem variar internamente durante o decorrer de um combate. Alguns princípios que parecem permanentes hoje não tinham nenhum significado no passado. Inversamente, princípios que talvez não reconheçamos hoje poderão ser o cerne das doutrinas militares no futuro.⁷

O que consideramos “princípios de guerra?” A palavra princípio tem mais de uma dúzia de definições no dicionário, tais como “axioma”, “fundamental”, “lei” e outros sinônimos afins. Sejam quais forem esses princípios marciais, eles não têm a mesma importância dos princípios científicos. Nem mesmo o mais dedicado estudioso da ciência militar poderá afirmar que os princípios de guerra podem descrever ou até mesmo prever, fenômenos que são invariavelmente verdadeiros. O máximo que podemos dizer é que descrevem tendências na conduta da guerra que podem orientar decisões militares estratégicas e operacionais.

Os princípios de guerra são um tanto análogos às probabilidades estatísticas. Nelas, um grupo de valores é comumente demonstrado por uma curva. Essa curva mostra que, de uma “mostra da população normal”, quase 70% dos valores se encontram dentro de uma média padrão do principal valor do grupo. Por exemplo, suponhamos que algumas casas de um determinado bairro foram vendidas por uma média de US\$ 200.000,00 dólares. Podemos também pressupor que houve uma variação de US\$ 30.000,00. Isso significa que o comprador já tem suficiente informação e sabe que com um valor entre US\$170.000,00 e US\$230.000,00 terá 70% de chance de comprar uma casa adequada às suas necessidades. Basicamente, com os princípios de guerra ocorre o mesmo. Ao empregá-los o comandante militar sabe que, com base na experiência, ele tem mais probabilidade de estar correto se levar em consideração os princípios de um a nove.

A analogia estatística tem uma validade limitada. Os princípios de guerra, por exemplo, são baseados em evidências observadas e não em estatísticas. Mesmo assim é importante continuar com essa analogia. Suponhamos que uma pessoa que quer comprar uma casa ficou sabendo que um proprietário precisa vender sua propriedade rapidamente e vai vendê-la pelo preço abaixo do mercado, vamos dizer



Nagasaki, Japão, depois da explosão da bomba atômica em 9 de agosto de 1945.

Cortesia da Biblioteca de Congresso

US\$160.000,00. Em termos estatísticos o preço se encontra bem abaixo da média. Graças a um pouco de conhecimento, um comprador pode abandonar sua estratégia conservadora de alocar US\$230.000,00. Da mesma forma, o comandante militar que tem a vantagem de saber a respeito dos planos ou disposições do seu oponente, poderia fugir dos conceitos estabelecidos. Os *panzers* alemães fizeram a mesma coisa em maio de 1940; já que puderam violar “com toda a segurança” o princípio de segurança e correr à frente, deixando seus flancos desprotegidos, porque, graças a sua superioridade aérea, os comandantes terrestres alemães sabiam onde se encontravam seus adversários.⁸

Nossa capacidade de empregar amostra de dados para tirar conclusões e por fim fazer previsões sobre o mundo em geral depende se os dados são ou não válidos, isto é, se representam a realidade na qual estamos interessados. Por isso, sabendo-se que a maioria das casas em um determinado bairro poderá ser vendida entre US\$170.000,00 e US\$230.000,00, esse dado não será de grande valia para um comprador que está buscando uma propriedade em uma outra parte da cidade.

A “validade” da informação tem a mesma importância no estudo da guerra. As publicações doutrinárias padrão reconhecem que a relevância e a importância dos princípios mudam de acordo com as circunstâncias, mas insistem que, apesar disso, são “dogmas fundamentais”.⁹ A verdade é que há muitos princípios de guerra. Eles podem ser úteis ao comandante militar somente se forem válidos, isto é, são retirados das mesmas categorias de batalhas e guerras que ele está travando. Os nove princípios de guerra do Exército americano pertencem a um grupo especial de guerra: a guerra convencional travada entre Estados, onde os exércitos oponentes usam uniformes bem diferentes distinguindo-os da população civil. Este tem sido o tipo de guerra ocidental durante muitos séculos, mas nas últimas

décadas, foram incluídos em duas formas de guerra extremamente distintas: a guerra nuclear e a de insurgência. Cada uma delas com os seus próprios princípios.

Princípios da Guerra Nuclear

Seria uma arrogância dos estudantes da guerra declarar que existe um único e estável grupo de princípios quando nem as ciências físicas e científicas conseguiram realizar o sonho de uma “Teoria Unificada para Tudo”.¹⁰ A história da ciência tem sido marcada com o crescimento da especialização, com cada disciplina reivindicando suas próprias leis e princípios. Podemos observar um paralelo no estabelecimento dos princípios da guerra nuclear, ou melhor ainda, princípios da guerra não nuclear. Pouco tempo após Hiroshima e Nagasaki, os armamentos nucleares foram reconhecidos como muito mais do que versões poderosas dos explosivos convencionais — eles ameaçaram mudar a própria natureza da guerra. Bernard Brodie, em 1946 escreveu: “Até agora o propósito de um estabelecimento de guerra tem sido vencer as guerras. De agora em diante o principal propósito tem sido evitá-las e não deve haver nenhum outro propósito de utilidade militar a não ser este.”¹¹

Esta simples afirmação passou a ser a base para os pensamentos subseqüentes sobre a guerra nuclear. Ela preparou o terreno para o desenvolvimento de um grupo de idéias a respeito da guerra nuclear, idéias que por lidarem com a prevenção desse tipo de guerra tiveram de ser radicalmente diferente dos velhos princípios. Na verdade, o espectro de um holocausto nuclear pareceu marcar o aniquilamento da definição básica de Clausewitz sobre a guerra como um instrumento político. Um pequeno grupo de teóricos fez um incrível esforço para provar a possibilidade de guerras nucleares controladas e estáveis, mas no final todos concordaram que os armamentos nucleares eram “diferentes” e que essa diferença chegou a ser o limiar entre

PRINCÍPIOS DE GUERRA
Objetivo
Ofensiva
Economia de força
Concentração de força
Manobra
Unidade de comando
Simplicidade
Surpresa
Segurança

o conhecido e o desconhecido na guerra, e se fosse excedida, seria provavelmente o fim das políticas. Esses fatos comprovados passaram a ser o fundamento para séries completas de princípios que abordavam a dissuasão e a extinção da guerra nuclear. Dentre esses, os princípios da vulnerabilidade e invulnerabilidade mútua são essenciais.

Para que a dissuasão mútua perdure, o princípio da vulnerabilidade mútua propõe que ambos os lados garantam que o oponente continue confiante de sua capacidade de infringir um nível de destruição inaceitável contra a população civil adversária. Isto significa, por exemplo, que nenhum dos lados possa construir mísseis balísticos de defesa. O princípio da vulnerabilidade é a essência

Seu objetivo operacional específico é minar, por intermédio da violência, as características da legitimidade e soberania interna: o monopólio do regime sobre a lei e a ordem.

da “Garantia de Destruição Mútua” (*Mutual Assured Destruction — MAD*). Embora o Princípio de Invulnerabilidade Mútua pareça contradizer o da Garantia de Destruição Mútua, não é verdade. A Invulnerabilidade Mútua determina que ambos os lados tenham um interesse em garantir que o adversário confie na sua capacidade de atacar primeiro e logo infringir-lhe danos inaceitáveis por meio de um ataque de represália. Encontra-se implícito nessa suposição que, em caso de crise, o lado cujos armamentos nucleares poderiam ser destruídos por um ataque de surpresa possa estar sob pressão para atacar primeiro, ao invés de perder seus mísseis.

Esses e uma série de princípios secundários que tratam de problemas como controlar ou impedir o escalonamento da guerra ou procurar

lembrar ao adversário sobre a sua vontade de empregar armas nucleares etc., em muitos casos constituem rejeições de velhas realidades. Assim, o tradicional princípio da ofensiva perdeu todo o seu significado sob os novos princípios de vulnerabilidade e invulnerabilidade. O princípio da invulnerabilidade essencialmente nega o princípio convencional da surpresa. É importante reconhecer que os novos conceitos da guerra não nuclear não substituíram os convencionais. Isso não foi uma mudança do paradigma *kuhniano**, no sentido que os novos princípios marcaram um ponto de vista mais autoritário no fenômeno total da guerra.¹² Na verdade, os novos e os antigos princípios pertenceram a diferentes períodos de guerra.

Princípios de Guerra em Áreas Pobres

A partir de 1945, houve uma dezena ou mais de conflitos que podem ser rotulados de guerras de estado contra estado. Todas as outras têm sido dentro de cada estado e na sua grande maioria chamadas de rebeliões, guerra de guerrilhas, de insurgências, de libertação e assim por diante. Vale observar que coletivamente essas guerras têm sido rotuladas de não-convencionais, irregulares e, mais recentemente, de assimétricas. Nesse artigo prefiro empregar o termo “insurgência.”

A insurgência é tão conhecida como a guerra regular. Seria de esperar que um grupo de princípios característicos a cada uma, já estivesse há muito tempo em voga. Mas não é assim. A tendência dos militares profissionais tem sido tratar a insurgência como uma exceção à regra, uma anormalidade que não deveria desviar a atenção da verdadeira guerra e dos seus verdadeiros princípios.¹³ Os estatísticos chamariam as insurgências de “remotas” — exceções ocasionais à distribuição de eventos normais e previsíveis. A realidade é que as guerras de insurgências fazem parte de um grupo de guerras totalmente diferente. Combater a insurgência de acordo com os princípios convencionais seria o mesmo que aplicar normas e leis verdadeiras do estado nas comunidades da periferia e nas favelas de uma cidade.

As guerras de insurgência expressam um relacionamento diferente entre políticas e violência. Se as guerras convencionais de estado contra estado são consideradas como uma

*O Dr. Samuel Thomas Kuhn (1922-1996) era um famoso historiador de ciências no Massachusetts Institute of Technology (MIT). Dedicou sua vida intelectual principalmente ao estudo de questões sobre a filosofia, desenvolvimento da ciência e a estrutura das revoluções científicas.

extensão natural da política internacional e se a guerra nuclear é a separação entre a violência e a política, então as insurgências estabelecem a convergência das políticas e da violência. Nesse tipo de guerra as políticas constituem-se no emprego da violência. Insurgências são lutas a respeito da soberania interna; são “competições no governo”.¹⁴ Quando o insurgente rejeita a legitimidade do sistema de soberania ou regime existente, significa que ele não pode, por definição, ser parte do processo político normal. Pelo contrário, suas políticas são direcionadas para provar e reforçar a ilegitimidade do governo. Seu objetivo operacional específico é minar, por intermédio da violência, as características da legitimidade e soberania interna: o monopólio do regime sobre a lei e a ordem.

Pode-se inferir que a violência do insurgente é dirigida incidentalmente apenas contra as forças armadas do regime. Isso significa que, em geral, a meta do insurgente tem mais por objetivo expor a vulnerabilidade do principal instrumento de soberania interna do regime do que ganhar uma vantagem operacional — por exemplo, uma vitória militar. Significa também que as medidas convencionais de vitória e derrota, tal como o número de baixas, conquista ou perda de terreno, raramente importam. Nas guerras convencionais, os beligerantes procuram destruir a capacidade militar do oponente; o ataque é dirigido diretamente contra a capacidade física do adversário. Em uma insurgência, os rebeldes querem causar dor e castigo. Seu objetivo é minar a vontade do inimigo de continuar lutando. A estratégia dos insurgentes tem três objetivos ou alvos: o regime que se encontra no poder, principalmente suas forças de segurança (inclusive aquelas de aliados); a população em geral e em caso de um aliado internacional, o apoio estrangeiro.

Em relação ao primeiro alvo, um fator consistente na história das insurgências tem sido a dificuldade enfrentada pelos exércitos regulares de manter o moral das tropas. Primeiro, os insurgentes privam os soldados da satisfação de saber que se aproximam do “objetivo”, por se recusarem a lutar segundo os regulamentos normais de uma guerra, como por exemplo, continuarem lutando apesar das baixas, as quais soldados convencionais considerariam inaceitáveis. Em relação ao segundo, a frustração causada pela falta de um progresso



O General Mauricio Ernesto Vargas (à esquerda) das Forças Armadas de El Salvador cumprimenta Schafik Handel, Comandante do FMLN, após assinar os Acordos de Paz de El Salvador em Chapultepec, Cidade do México, em 16 de janeiro de 1992. A assinatura deste tratado deu fim a 12 anos de guerra civil.

claro e pelos métodos secretos empregados pelos insurgentes, provocaram, por sua vez, medidas retaliatórias cada vez mais agressivas. Posto que todos os conflitos resultantes de insurgências são, em graus variados, “guerras do povo”, sendo difícil distinguir os insurgentes dos civis inocentes, esses últimos são os mais punidos ao receberem os golpes mais pesados lançados como resposta por qualquer regime. Conseqüentemente, a população tende a culpar o regime. Se a falta de progresso no campo de batalha coincide com um maior apoio da população aos insurgentes ou com uma crescente insatisfação com o regime, o terceiro alvo da campanha insurgente contra o moral torna-se vulnerável: o apoio interno para os esforços dos benfeitores estrangeiros ao governo, se é que existe um. Em virtude do investimento do benfeitor ser menor que o dos insurgentes, assim também sua tolerância é sempre menor.¹⁵ O regime certamente perderá a luta quando os três objetivos dos insurgentes estiverem quase realizados.

Essa ocorrência leva a quatro princípios bem definidos da guerra de insurgência, embora, sem dúvida, haja outros. Alguns são menos importantes no sentido de que são inferidos da atual experiência dos conflitos insurgentes; outros são indutivos da proposição básica que, nessa área, a violência e as políticas constituem uma delas.

• **O princípio do moral.** Supostamente Napoleão disse que *o moral é para o físico da mesma forma que o 3 é para o 1*. A capacidade dos insurgentes de vencer na maioria das vezes, apesar de contarem com muito menos tropas e armamento além de um maior número de baixas, sugere que nas guerras em áreas de extrema pobreza, o moral tem maior importância diante da capacidade física. O mesmo ocorre com as forças que lutam contra os insurgentes: o poder moral para sustentar o combate será ainda muito maior que a capacidade física. Além disso, a primeira prioridade dos insurgentes é solapar o moral do oponente, portanto o moral dos insurgentes deve ser o primeiro e o mais importante objetivo em uma contra-insurgência.

Para manter o moral elevado das forças durante uma insurgência é necessário, antes de mais nada, que as tropas acreditem que estão lutando contra a “guerra” certa. Isto é, que o assunto em questão é de vital importância. As forças precisam também ver um progresso concreto no terreno. É importante que os soldados entendam as conexões entre ações táticas e operacionais e que possam visualizar o grande quadro estratégico.

• **O princípio do objetivo.** Esse velho princípio tem um significado diferente nas guerras de insurgências. Primeiro, os objetivos em contra-insurgências não são para matar os insurgentes. Para que os movimentos insurgentes tenham êxito, eles devem contar com um considerável apoio da maior parte da população. A seguir, o verdadeiro objetivo de um esforço contra-insurgentes no nível operacional da guerra é separar os insurgentes da população. Essa ação tem uma dimensão política e física. Politicamente, a contra-insurgência deve ter a esperança de um futuro e de um regime melhores do que o oferecido pelos insurgentes. A promessa de independência para os malaios oferecida pelos britânicos foi a principal razão pela qual a Emergência Malaia se converteu em uma rara oportunidade de vitória contra os insurgentes. Esse fato arruinou a reivindicação dos insurgentes comunistas de serem os únicos defensores da independência. As medidas para isolar os

insurgentes de suas bases populares devem ser vistas como uma solene promessa de um futuro melhor. Enquanto o objetivo militar imediato é acabar com os meios de recrutamento, coletar dados de inteligência, ajudar financeiramente e outros meios contra os insurgentes, a principal meta política é libertar o povo do terror e da intimidação, criando um ambiente onde a lei e a ordem sejam respeitadas. A esse respeito, lembramos o trabalho altamente respeitado do Programa de Ação Conjunta do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA no Vietnã.

Existe um importante corolário sobre o assunto mencionado acima. Se o objetivo de separar os insurgentes do resto da população não for realizado consistentemente e a tempo, os insurgentes terão a oportunidade de se misturarem à população, passando a ser quase impossível desalojá-los sem infligir severos danos colaterais, arriscando-se permitir aos insurgentes a conquista do apoio popular.

• **O princípio da defensiva.** Na guerra convencional o objetivo é destruir as forças armadas do inimigo. Essa ação destaca o princípio da ofensiva e o que

Clausewitz chamou de *Vernichtungsprinzip*, ou seja, o “princípio da destruição”. Nas guerras de insurgência, matar os insurgentes é simplesmente um meio para se alcançar o verdadeiro objetivo, isto é, separá-los da sua população base. A prioridade do novo princípio de defensiva tem uma seqüência lógica. Ele não nega a necessidade de táticas ofensivas de busca e destruição quando conta com uma boa inteligência. Mas o elemento essencial da estimativa operacional e o principal objetivo das forças de contra-insurgência são proteger um determinado território e sua população. Nesse sentido, o propósito da contra-insurgência se parece com as forças anti-submarinas na I Guerra Mundial. No início, a Marinha britânica tentou derrotar os submarinos alemães ao empregar as táticas de busca e destruição que apresentaram bons resultados nas guerras de superfície anteriores. Quando essa tática falhou os britânicos reconheceram que seu objetivo real deveria ser aumentar a segurança

PRINCÍPIOS DA INSURGÊNCIA
Moral
Objetivo
Defensiva
Dispersão

de navios de transporte de carga e não afundar submarinos. Logo, foi introduzido o sistema de defesa de frotas mercantes na campanha.

• **O princípio da dispersão.** Os novos princípios de objetivo e defensiva ditam que a concentração de forças, tão essencial ao campo de batalha convencional, não faz muito sentido em um ambiente de insurgência.¹⁶ Em primeiro lugar, já foi demonstrado inúmeras vezes que proteger o povo dos insurgentes requer a estratégia de guarnecer, ou seja, o estabelecimento e a expansão gradual dos pontos fortes militares: pequenos, reforçados e com muita mobilidade, em toda a área rural e urbana. Os grupos insurgentes que realizam incursões contam com um pequeno número de homens; eles quase sempre perdem os combates contra soldados profissionais com o mesmo número de pessoas. Esse fator sugere que os postos avançados devem ser formados tendo como base uma unidade no nível companhia. Batalhões e formações maiores são demasiadamente grandes, difíceis de manobrar e historicamente têm demonstrado serem muito lentos em situações de pronto emprego. A dispersão física deve facilitar o comando e controle. Poder-se-á debater que essa estratégia será extremamente vulnerável à terceira e última fase da guerra do povo maoísta, quando insurgentes se infiltraram nos exércitos

regulares. Pelo contrário. Novas tecnologias de reconhecimento de áreas, vigilância e mobilidade reforçam o caso da dispersão de forças amigas, procurando evitar a concentração inimiga.

Princípios de Guerra: Reais e Ideais

Clausewitz faz uma importante distinção entre o fenômeno abstrato da guerra “ideal” e a prática da guerra “real”.

Segundo ele, a guerra ideal existe apenas em teoria onde a oportunidade, o atrito e a intervenção de políticas não têm nenhum impacto durante o choque de armas. As “leis da probabilidade”, diz ele, determinam o declínio e o progresso da guerra real.¹⁷ Os princípios convencionais de guerra são os princípios “ideais” das Forças Armadas dos EUA. Esses princípios são, respectivamente, o “sim” e o “não” para combater o tipo de guerra na qual os EUA são especialistas. Não podemos excluir futuros conflitos convencionais os quais, em alguns casos, ou se não em todos, alguns dos “antigos” princípios serão também aplicados. Considerando-se que os EUA são excelentes nesse tipo de guerra, de acordo com as leis da probabilidade, as guerras mais “reais” do futuro provavelmente serão travadas em locais onde a população é realmente muito pobre. **MR**

Referências

1. Salvo indicações ao contrário, o termo “princípios de guerra” refere-se aos nove princípios das Forças Armadas dos EUA: objetivo, ofensiva, economia de força, concentração de forças, manobra, unidade de comando, segurança, surpresa e simplicidade.
2. HOLT, Tom; *The Walled Orchard* (Londres: Little, Brown and Co. 2001), pp. 346-47.
3. Para ler a história sobre a campanha ateniense em Sicília, veja KAGAN, Donald; *The Peace of Nicias and the Sicilian Expedition* (Ithaca, Nova York: Cornell University Press, 1981). Os acontecimentos em um bosque de oliveiras estão descritos nas pp. 347-48.
4. HANSON, Victor Davis; *The Western Way of War: Infantry Battle in Classical Greece* (Nova York: Alfred A. Knopf, 1989), pp. 35-36.
5. KAGAN, p. 333.
6. Com respeito ao desprezo de projéteis por parte dos gregos, veja HANSON, pp. 15-16.
7. A falange macedônica é um bom exemplo de como teria sido inútil por parte de antigos exércitos empregarem princípios modernos da guerra. Armados com lanças pesadas e grupados em quadras, era quase impossível vencê-los em uma batalha travada em terreno aberto. Mesmo assim, elas eram incapazes de manobrar; nem sequer podia, por exemplo, lidar com ameaças súbitas contra seus flancos. Essa prática terminou em 168 a.C. em Pydna, Grécia, quando ela foi superada, em termos táticos, por uma legião romana mais ágil.
8. A influência da “assimetria de inteligência” nas operações durante a campanha alemã em 1940 apresenta algumas perguntas interessantes sobre a estabilidade dos princípios da guerra em um ambiente rico em informações.

9. Veja, por exemplo, *British Maritime Doctrine BR 1806*, 2ª edição (Norwich, Inglaterra: Her Majesty's Stationary Office, 1999), p. 229.
10. Para ler um relatório breve da “Teoria de Tudo”, ou a “teoria que termina com as outras”, veja GREENE, Brian; “A Theory of Everything?” Disponível em <www.pbs.org/wgbh/nova/elegant/everything.html>
11. BRODIE, Bernard; *The Absolute Weapon* (Nova York: Harcourt Brace, 1946), citado em FREEDMAN, Lawrence; *The Evolution of Nuclear Strategy* (Nova York: St. Martin's Press, 1981), p. 44.
12. Veja KUHN, Thomas; *The Structure of Scientific Revolutions* (Chicago, Illinois: University of Chicago Press, 1962).
13. Duas exceções iniciais e excelentes são: a obra de C.E. Callwell *Small Wars — Their Principles and Practice* (Londres: Her Majesty's Stationary Office, 1899) e a do Corpo de Fuzileiros Navais dos EE.UU. *Small Wars Manual*, publicada inicialmente em 1940.
14. CLUTTERBUCK, Richard L.; *The Long, Long War: Counter-Insurgency in Malaya and Vietnam* (Nova York: Frederick A. Praeger, 1966), citado em ASPREY, Robert B.; *War in the Shadows: The Guerilla History*, volume 2 (Nova York: William Morrow and Company, Inc., 1994), p. 788.
15. Este é um dos temas na obra de MEROM, Gil; *How Democracies Lose Small Wars* (Cambridge, Inglaterra: Cambridge University Press, 2003).
16. ASPREY, p. 787.
17. A discussão de Clausewitz a respeito da guerra “ideal” e “real” se encontra no Primeiro Livro de “Da Guerra”. Veja a versão editada e traduzida em inglês por HOWARD, Michael; e PARET, Peter (Princeton, Nova Jersey: Princeton University Press, 1976), pp. 75-89.